



CÂMARA DOS DEPUTADOS

**DEPARTAMENTO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO**

Carta-Contrato n. 2010/113.0

Brasília, 18 de junho de 2010.

Ref.: Processo n. 104.438/10

À

MATILDE MENDES DE OLIVEIRA - ME

CNPJ n. 10.231.228/0001-46

Comunicamos ter sido autorizada a contratação dessa empresa, daqui por diante denominada CONTRATADA, para prestação de serviços relativos à aquisição de curso a distância do Pacote Microsoft Office 2007 para a Câmara dos Deputados, daqui por diante denominada CONTRATANTE, em Brasília/DF, conforme as exigências e demais condições e especificações constantes da proposta dessa empresa, datada de 22/2/10, daqui por diante denominada PROPOSTA, e do processo em epígrafe.

Em consequência, fica a avença formalizada pela presente Carta-Contrato, em conformidade com o disposto na Lei n. 8.666, de 21/6/1993, e alterações posteriores, doravante denominada simplesmente LEI, no Regulamento dos Procedimentos Licitatórios da Câmara dos Deputados, aprovado pelo Ato da Mesa n. 80, de 7/6/01, publicado no D.O.U. de 5/7/01, daqui por diante denominado simplesmente REGULAMENTO, observadas as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**1. OBJETO:** Prestação de serviços relativos à aquisição, instalação e suporte técnico de licenças de *softwares* de treinamento de cursos autoinstrucionais do pacote de escritório Microsoft Office 2007, abaixo relacionadas, com as especificações e demais condições definidas na PROPOSTA e no processo em referência, com as quantidades descritas no item 4 desta Carta-Contrato:

- *MS – Word 2007;*
- *MS – Excel 2007;*
- *MS – PowerPoint 2007; e*
- *Prestação de serviço de suporte técnico.*

**2. AMPARO LEGAL:** Artigo 24, inciso II, da LEI, correspondente ao artigo 20, inciso II, do REGULAMENTO.

**3. DO REGIME DE EXECUÇÃO E INSTALAÇÃO DOS SOFTWARES:** A execução dos serviços objeto desta contratação



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

observará rigorosamente as condições descritas na PROPOSTA e no processo em referência.

**3.1** As licenças de uso dos *softwares* devem possibilitar acessos simultâneos dos usuários.

**3.2** A CONTRATADA deverá, sob a supervisão do Centro de Informática e do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento, da CONTRATANTE, instalar os *softwares* dos cursos nas dependências dessa, acatando todas as orientações daqueles órgãos, observando o disposto em acordo.

**4. VALOR TOTAL DO CONTRATO:** R\$3.600,00 (três mil e seiscentos reais), considerados os seguintes preços e quantidades:

Item	Especificação	Quant.	Valor
1	Licenças de acessos simultâneos para MS – Word 2007	100	1.000,00
2	Licenças de acessos simultâneos para MS – Excel 2007	50	500,00
3	Licenças de acessos simultâneos para MS – PowerPoint 2007	10	100,00
4	Prestação de serviço de suporte técnico	1	2.000,00

**4.1.** O valor da presente Carta-Contrato poderá ser aumentado ou diminuído em até 25% (vinte e cinco) por cento, em razão de inclusão ou exclusão de componentes do objeto, sem modificação de preços e demais condições da proposta da CONTRATADA, em conformidade com o parágrafo 1º do artigo 65 da LEI, correspondente ao parágrafo 1º do artigo 113 do REGULAMENTO.

**4.2** As supressões além do limite referido no subitem anterior são facultadas por acordo entre as partes, em conformidade com o inciso II do parágrafo 2º do artigo 65 da LEI, correspondente ao parágrafo 2º do artigo 113 do REGULAMENTO.

**5. DA GARANTIA E DO SUPORTE TÉCNICO:** Os *softwares* de treinamento a distância fornecidos deverão oferecer garantia de perfeito funcionamento por um prazo de 12 (doze) meses.

**5.1** Durante o período de garantia, a CONTRATADA prestará serviços de suporte técnico para esclarecimento de dúvidas acerca da operação e instalação dos *softwares* e correção de quaisquer problemas de funcionamento.



**5.2** A CONTRATADA deverá prestar os serviços de suporte técnico ou correção, configuração e instalação ou reinstalação do *softwares* objeto desta Carta-Contrato, zelando pela eficiência e privacidade dos recursos e informações compartilhados a que tenha acesso.

**5.3** A CONTRATADA deverá prestar os esclarecimentos solicitados e atender às reclamações formuladas e aos chamados efetuados, não podendo sonegar nenhum tipo de informação técnica necessária para a operação dos *softwares* fornecidos..

**6. DO PAGAMENTO:** O pagamento do objeto desta Carta-Contrato será feito por meio de depósito em conta-corrente da CONTRATADA, em agência bancária indicada, mediante a apresentação, em duas vias, de nota fiscal/fatura discriminada. A instituição bancária, a agência e o número da conta deverão ser mencionados na nota fiscal/fatura.

**6.1** As duas vias da nota fiscal/fatura deverão vir acompanhadas da Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros (CND) e do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), ambos dentro dos prazos de validade neles expressos.

**6.2** O pagamento será efetuado com prazo não superior a 30 (trinta) dias, contado a partir do aceite definitivo do material/serviço e da comprovação da regularidade da documentação fiscal apresentada, prevalecendo a data que ocorrer por último.

**6.3** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pela CONTRATANTE, entre a data referida no subitem anterior e a correspondente ao efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Na qual:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:



CÂMARA DOS DEPUTADOS

$$I = \frac{i}{365}$$

$$I = \frac{6/100}{365}$$

$$I = 0,00016438$$

em que  $i$  = taxa percentual anual no valor de 6%.

**6.4** Os pagamentos efetuados pela CONTRATANTE estarão sujeitos às retenções de tributos previstas em Lei.

**6.5** Estando a CONTRATADA isenta das retenções referidas no subitem anterior, deverá a comprovação ser anexada à respectiva fatura.

## **7. CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

- Programa de Trabalho:  
01.126.0553.2003.0001 – Ações de Informática
- Natureza da Despesa:  
3.0.00.00 – Despesas Correntes  
3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes  
3.3.90.00 – Aplicações Diretas  
3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

## **8. NOTA DE EMPENHO: 2010NE001652.**

**9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:** Constituem obrigações da CONTRATADA as previstas neste instrumento, além de outras que vierem a ser estabelecidas em caráter complementar pelo órgão fiscalizador, desde que se façam necessárias para manter o integral cumprimento do objeto contratual.

**9.1** A CONTRATADA será responsabilizada no caso de divulgação não autorizada ou pelo uso indevido de qualquer informação relativa ao objeto desta contratação, em todos os níveis.

**9.2** A CONTRATADA deverá zelar pelo sigilo e confidencialidade e não fazer uso de comercial de quaisquer informações, dados, processos, fórmulas, códigos, modelos, diagramas, conteúdos de cursos desenvolvidos e de propriedade da CONTRATANTE, bem como de dispositivos relativos aos serviços contratados, utilizando-os apenas para os fins previstos, não podendo revelá-los ou facilitar sua revelação a terceiros.

**9.3** A CONTRATADA fica obrigada a substituir, imediatamente, qualquer empregado ou preposto, vinculado aos serviços contratados, que embarace a fiscalização, a realização dos serviços,



## **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

omite informações ou, ainda, que tenha conduta inadequada, inconveniente ou incompatível com o desempenho das funções que lhe sejam atribuídas e com o ambiente da CONTRATANTE.

**9.4** Todas as obrigações trabalhistas, inclusive aquelas relativas ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS e à Previdência Social, são de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA, como única empregadora da mão-de-obra utilizada para os fins estabelecidos na presente Carta-Contrato.

**9.5** A CONTRATADA responderá integral e exclusivamente por eventuais reclamações trabalhistas de seu pessoal, mesmo na hipótese de ser a UNIÃO (Câmara dos Deputados) acionada diretamente como Correclamada.

**9.6** A CONTRATADA fica obrigada a manter, durante toda a execução desta contratação, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no momento da contratação.

**9.6.1** A CONTRATADA fica obrigada a apresentar, sempre que expire o prazo de validade, a Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros (CND), o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.

**9.6.2** A não apresentação das certidões e do certificado, na forma mencionada no subitem anterior, implicará o descumprimento de cláusula contratual, podendo, inclusive, ensejar a rescisão desta Carta-Contrato, nos termos do disposto no artigo 78 da LEI, correspondente ao artigo 126 do REGULAMENTO.

**10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:** Pelo não cumprimento de suas obrigações contratuais, execução insatisfatória dos serviços, atraso na execução, omissão ou outras faltas, sem justificativa ou com justificativa não aceita pela CONTRATANTE, serão aplicadas à CONTRATADA as multas e demais sanções administrativas previstas no Anexo n. 1 a este instrumento, observado, ainda, o disposto nos artigos 77 a 80 c/c 86 a 88 da LEI, correspondentes aos artigos 125 a 128, c/c os 134 a 136 do REGULAMENTO.

**11. VIGÊNCIA CONTRATUAL:** De 10/8/10 a 9/8/11.

**12. RESCISÃO:** Esta Carta-Contrato poderá ser rescindida nos termos dos artigos 77 a 80 da LEI, correspondentes aos artigos 125 a 128 do REGULAMENTO.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

**13. ÓRGÃO FISCALIZADOR:** Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da CÂMARA, situado na Via N3, Projeção L, Setor de Garagens Ministeriais Norte, que indicará o servidor responsável pelos atos de acompanhamento e fiscalização da presente Carta-Contrato.

**14. FORO:** Justiça Federal, Brasília-DF.

Assim, encaminhamos a presente Carta-Contrato que, assinada pelas partes, formalizará o acordo celebrado, conferindo-lhe força contratual no período de vigência acima referido, com observância das condições contidas neste instrumento, no processo em referência e na PROPOSTA.

Brasília, 18 de junho de 2010.

Pela CONTRATANTE:

Pela CONTRATADA:

Eugênio de Borba Amaro  
Diretor do DEMAP  
CPF n. 287.092.171-94

Matilde Mendes Oliveira  
Proprietária  
CPF n. 677.706.576-87

Testemunhas: 1) \_\_\_\_\_

2) \_\_\_\_\_

CT/CCONT



## ANEXO N. 1

### SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 1) O atraso injustificado ou com justificativa não aceita pela CONTRATANTE na entrega do material/serviço, sujeita a CONTRATADA à multa cumulativa sobre o valor do(s) item(ns) entregue(s) com atraso, de acordo com a seguinte tabela:

DIAS DE ATRASO	PERCENTUAL DIA (%)	PERCENTUAL MULTA (%)
1º ao 10º	0,1	0,1 a 1,0
11º ao 20º	0,2	1,2 a 3,0
21º ao 30º	0,3	3,3 a 6,0
31º ao 40º	0,4	6,4 a 10
41º ao ...	1	10

- 1.1) Também será considerada como atraso a entrega do material/serviço fora das especificações e que não tenha sido substituído dentro do prazo de entrega.
- 2) Findo o prazo constante da proposta, sem que a CONTRATADA tenha entregue o material/serviço, além da multa prevista no item anterior, poderá, a critério da CONTRATANTE, ser cancelada, parcial ou totalmente, a Nota de Empenho, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.
- 3) Pela recusa, a qualquer tempo, na entrega parcial ou total do material/serviço, fica igualmente a CONTRATADA sujeita à multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor empenhado, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.
- 4) Não será aplicada multa de valor igual ou inferior a 10 % da quantia definida na Portaria n. 49, de 1º de abril de 2004, do Ministério da Fazenda, ou em norma que vier a substituí-la, para inscrição de débito na Dívida Ativa da União.
- 4.1) Não se aplica o disposto no item 4 acima, quando verificada, num período de 60 (sessenta) dias, a ocorrência de multas que somadas ultrapassem o valor fixado para inscrição em Dívida Ativa.
- 4.2) As infrações apuradas no decorrer da execução contratual serão acumuladas até que o valor total correspondente de suas sanções ultrapasse o mínimo previsto no item 4 acima, quando então será aplicada a multa de acordo com a tabela constante do item 1.
- 4.3) Além do previsto no subitem 4.1, poderá, a critério da Administração, ser aplicada a sanção de advertência.